

Golpe continuísta

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não pode esperar que transcorram normal e lentamente todos os prazos legais para se pronunciar definitivamente sobre a legalidade ou não da candidatura do empresário e animador de televisão Senor Abravanel/Sílvio Santos, pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB), à Presidência da República. A Nação espera um pronunciamento urgente da Justiça Eleitoral, pois não pode conviver com o clima de intranquilidade política reinante desde o anúncio da substituição do pastor evangélico Armando Corrêa pelo dono do *Sistema Brasileiro de Televisão* (SBT) no usufruto da pequena legenda e, em consequência, dos dez minutos diários na televisão e no rádio.

Só um pronunciamento definitivo, já, do TSE poderá devolver à sociedade brasileira a necessária harmonia para que possa seguir normalmente como, aliás, vinha transcorrendo o processo da mais importante eleição na História da centenária República brasileira. Não se trata, apenas, de uma decisão a ser tomada a partir de critérios exclusivamente jurídicos, apesar de ser necessário que prevaleça a equanimidade, que deve presidir sempre os julgamentos de uma Corte tão importante como é o TSE. Trata-se de um julgamento de caráter eminentemente político, de cujo resultado vai depender a própria sobrevivência do regime democrático, a ser implantado, definitivamente, no Brasil, na eleição presidencial de 1989.

O tribunal deve levar em conta o pronunciamento do empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do maior conglomerado de empresas particulares do Brasil, o Grupo Votorantim, sobre o convite por ele recebido para entrar na disputa. Ermírio tornou público o fato de haver sido convocado pelo próprio presidente da República para participar de uma conspiração, com o objetivo claro de desequilibrar o quadro político vigente no País, num momento em que a sociedade brasileira se aflige com a lamentável situação econômica e a lastimável paisagem social, com a qual é obrigada a conviver.

A palavra de um homem como Antônio Ermírio de Moraes não pode deixar de ser considerada. O convite, feito pelo presidente José Sarney ao maior empresário do Brasil para que entrasse na disputa sucessória às vésperas do pleito, tira todas as dúvidas, porventura existentes, da participação do Palácio do Planalto na operação frustrada da substituição dos candidatos Aureliano Chaves, do PFL, e Afif Domingos, do PL, por alguém de confiança do círculo palaciano, no caso o sr. Senor Abravanel/Sílvio Santos. Essa operação só pode ser definida por uma expressão: golpe continuísta.

O TSE deve considerar, também, em seu julgamento, o fato de o presidente haver vetado todos os dispositivos que limitavam os prazos de filiação partidária de eventuais candidatos de última hora. A intenção continuísta do veto é mais que evidente. A legislação eleitoral aprovada previa a possibilidade da substituição, em qualquer momento da campanha, de um candidato regularmente inscrito por outro do mesmo partido, ainda não aprovado pela Justiça Eleitoral. A eliminação da necessidade de cumprimento de prazos para a filiação partidária tornou o processo eleitoral aberto durante todo o tempo e vulnerável à possibilidade de manobras escusas, como a que resultou no lançamento extemporâneo da 23ª candidatura presidencial a 15 dias do primeiro turno da eleição.

A intenção continuísta do Palácio do Planalto tem um motivo regional, certamente muito menor do que todos os graves problemas brasileiros, mas merecedor de preocupação no núcleo do poder da República brasileira: a eventualidade da derrota eleitoral da família Sarney, representada pelo filho do presidente, “Zequinha”, na disputa pelo governo do Estado do

Maranhão, em 1990, justamente para seu principal adversário, o senador João Castelo. A presença do senador Édison Lobão, ligado pessoal e politicamente ao clã chefiado pelo presidente, torna explícita essa motivação maquiavélica e medíocre. Fernando Collor de Mello, que faz sua campanha apoiado na crítica contundente a Sarney, é o alvo evidente do conluio.

O Palácio do Planalto encontrou bons aliados para o golpe continuísta. O presidente nacional do Partido da Frente Liberal (PFL), senador Hugo Napoleão, também tem interesse em não ver confirmado nas urnas o favoritismo do candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN): é o candidato ao governo do Piauí e seu principal adversário, Alberto Silva, que aderiu a Collor antes dele.

A biografia do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, também o torna um candidato ao posto de articulador dessa conspiração palaciana. Afinal, tem experiência no ramo: partiu dele a idéia de esticar o mandato do ex-presidente João Figueiredo e assim retardar a agonia do regime autoritário tecnocrático-militar, enterrado pela Nova República de Tancredo Neves. Além de *know-how*, Gadelha reúne razões regionais para tentar alterar o equilíbrio do quadro sucessório. Seu principal adversário na Paraíba, o governador Tarcísio Burity, apóia Fernando Collor. Seu maior aliado, eventual disputante do governo em sua faixa, o prefeito de João Pessoa, Wilson Braga, aderiu a Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). E a máquina eleitoral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se pôs à disposição do ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima. Então, só uma alteração significativa da paisagem eleitoral pode lhe devolver uma posição relevante na política paraibana.

Montado o estado-maior do golpe continuísta, o Planalto partiu para as opções mais evidentes. Por isso, Sarney procurou Antônio Ermírio de Moraes, enquanto interpretava, publicamente, o papel principal na farsa da neutralidade. Quando o *Estado* noticiou a sondagem ao empresário, o governo negou, veementemente, sua participação no episódio sucessório, jurando que o chefe da Nação não tinha preferências eleitorais. As colunas sociais e políticas foram inundadas por notas sobre a eventual predileção da família Sarney pela candidatura de Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, evidentemente, não dispõe de condições objetivas para vencer a eleição. A farsa voltou a ser representada quando se detectou a presença do secretário particular do presidente, Augusto Marzagão, em contato com o ex-presidente Jânio Quadros, com o mesmo objetivo.

Ermírio recusou-se a fazer o triste papel, argumentando que seria excessivo oportunismo. Jânio alegou problemas de saúde para se furtar a entrar em cena. Mas o golpe continuísta encontrou no empresário Sílvio Santos o perfil ideal para uma triunfal entrada no espetáculo, de gosto duvidoso, no papel de protagonista. A encenação também atendia aos interesses pessoais do trêfego animador. Afinal, ao entrar na campanha eleitoral a um mês da abertura das urnas, ele poderia usufruir de sua inegável popularidade, sem ter eventuais aspectos negativos de sua vida e sua carreira expostos à curiosidade popular, sem necessitar debater suas idéias com os outros concorrentes e, sobretudo, sem precisar apresentar um programa mínimo de governo ao eleito.

A situação propícia para o bofe foi o desânimo do candidato do PFL, Aureliano Chaves, por causa dos baixos índices de preferência popular por seu nome, nas pesquisas de opinião pública. O ex-vice-presidente chegou a cogitar de renunciar, mas percebeu a manobra e resolveu impor sua vontade,

mostrando ainda restarem laivos de caráter e honra em alguns setores da política brasileira. Sem o PFL, o grupo ficou desarvorado, pois perdeu a possibilidade de concorrer à eleição com a segunda maior legenda partidária do Brasil e ficou sem 16 minutos diários no rádio e na TV. A atenção voltou-se, então, para os dez minutos do Partido Liberal (PL), mas o deputado Afif Domingos também não aceitou subir ao palco.

A liberalidade da legislação partidária no Brasil, contudo, permitiu a continuação da farsa, já ganhando, então, tons de peculato. Os jornais chegaram a noticiar que o candidato do Partido do Povo Brasileiro (PPB), Antônio Pedreira, propusera a venda de sua legenda, com cinco minutos na programação gratuita à disposição nos meios de comunicação eletrônicos de massa. A denúncia da negociata eliminou-a no nascedouro, mas a possibilidade continuou de pé e apareceu a oferta do pastor evangélico Armando Corrêa, veterano em derrotas eleitorais em São Paulo e feliz proprietário de uma legenda própria, o Partido Municipalista Brasileiro (PMB), também detentor de privilegiados cinco minutos na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

A farsa ganhou tons picarescos quando o senador Marcondes Gadelha, empoleirado na nova chapa, na condição de candidato a vice-presidente, anunciou que o renunciante havia consultado as bases antes de passar o bastão ao feliz substituto. E, mais ainda, quando foi anunciada a adesão de Senor Abravanel/Sílvio Santos ao programa de governo do substituído. Afinal, tal programa, se é que pode ser chamado assim, se limita à implantação de um imposto único para todos os trabalhadores brasileiros.

Mas a farsa passou a revelar tons tragicômicos quando o novo candidato, armado de seu permanente sorriso, veiculado para todo o Brasil nos domingos de pão e circo de seu *show* de variedades, anunciou a adesão ao PMB no Salão Verde do Congresso Nacional. Divulgado o anúncio, Senor Abravanel/Sílvio Santos já fazia por merecer punições da Justiça Eleitoral, pela forma abusiva como se apropriou do tempo em seus programas, por dois domingos seguidos, para promover uma candidatura até então não registrada formalmente pelo TSE. Ao se comportar assim, não apenas produziu argumentos suficientes para levar o tribunal a impugnar sua eventual candidatura, mas também mostrou estar sintonizado com o espírito patrimonialista da classe política, que tenta continuar no poder à custa de sua popularidade, por usar um serviço público, do qual é concessionário, em proveito pessoal.

A possibilidade de o voto dado a Armando Corrêa valer para Senor Abravanel/Sílvio Santos é um desrespeito acintoso à sociedade brasileira, que acreditou, nos últimos meses, na seriedade do processo eleitoral e na boa-fé dos gestores da transição para a democracia. É também o melancólico ponto final de um governo desastrado, que, após levar a economia às margens da hiperinflação, parece empenhado em conspurcar os resquícios de dignidade que lhe restavam, no campo político-institucional. O golpe continuísta, mal disfarçado na extemporânea candidatura de Sílvio Santos, representa o risco de transformar a lenta e complicada transição para a democracia plena no caos, que pode comprometer, de vez, a difícil construção de um regime democrático justo, sólido e duradouro, empreendida pela sacrificada sociedade brasileira, no momento.

Por tudo isso, não é de bom alvitre que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) espere muito para dar a palavra final sobre o episódio da candidatura do empresário e animador de televisão Senor Abravanel/Sílvio Santos. O Brasil não pode esperar mais.